

MOTIVOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O art. 24 da Lei 8.666 determinou, taxativamente, quais são as situações em que a licitação pode ser dispensada:

- a)** Para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do valor da carta convite, ou seja, R\$ 33.000,00;
- b)** Outros serviços e compras, 10% do valor da carta convite, ou seja, R\$ 17.600,00;
- c)** Em caso de guerra ou grave perturbação da ordem;
- d)** Casos de emergência ou calamidade pública para atender a situação que possa causar prejuízo se não atendida;
- e)** Se não houver interessados em alguma licitação e nova licitação causaria prejuízo;
- f)** Intervenção no domínio econômico, como congelamento de preços, para regular/normalizar preços ou abastecimento;





- g)** Em caso de licitações superfaturadas ou em que os licitantes apresentem propostas muito acima do mercado (observando o disposto no art. 48 da Lei de Licitações);
- h)** Para contratação de outra entidade da administração pública, quando não houver outra empresa privada que preste o mesmo serviço e impressão do Diário Oficial e outros meios das empresas públicas criadas com este propósito;
- i)** Nos casos de comprometimento da segurança nacional; e para reforma de estabelecimento prisional que envolva risco à segurança pública;
- j)** Para locação ou compra de imóvel para a administração pública que atenda à função específica, se compatível com valor de mercado;
- k)** Na contratação para conclusão de obra/serviço/fornecimento em caso de rescisão, utilizando a ordem de classificação da licitação anterior com os mesmos valores corrigidos;





- l)** Para aquisição de perecíveis até a realização do processo licitatório;
- m)** Contratação de instituição sem fins lucrativos para questões de ensino e ressocialização de presos, desde que tenha inquestionável reputação, bem como de associações de portadores de deficiência;
- n)** Aquisição de bens ou serviços relativos a acordo internacional aprovado pelo Congresso e para aquisição e restauração de arte;
- o)** Para aquisição de peças de produtos na garantia, quando a aquisição for indispensável para manter a garantia;
- p)** Na aquisição de serviços ou suprimentos para abastecer navios e aeronaves fora da sede, quando imprescindível;
- q)** Para compra de materiais específicos de uso das Forças Armadas, a fim de manter padronização;





- r)** Na aquisição de bens de pesquisa com recurso do CAPES, FINEP, CNPq ou outras credenciadas, para pesquisa e desenvolvimento limitado em 20% do valor da carta convite, nas contratações feitas por instituição científica e tecnológica para transferência de tecnologia ou licenciamento e para transferência de tecnologia ao SUS;
- s)** Na contratação de energia elétrica e gás natural, de acordo com a legislação específica;
- t)** Contratações feitas por empresas públicas ou de economia mista com suas subsidiárias, desde que com preço de mercado;
- u)** Para contratos de serviços com as organizações sociais, para atividades previstas nos contratos de gestão; e nos contratos de programa com ente da federação autorizado em contrato de consórcio público ou convênio de cooperação;
- v)** Na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos recicláveis feita por cooperativas ou associações de baixa renda;





- x)** Para bens e serviços de alta complexidade tecnológica para defesa nacional e também para atender a contingente das forças armadas em missão no exterior;
- w)** Ao contratar instituição ou organização de serviço de assistência técnica rural pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária;
- y)** Para contratação de entidades sem fins lucrativos na implementação de tecnologias de acesso à água para consumo humano;
- z)** Na aquisição de insumos estratégicos de saúde de fundações que tenham por finalidade apoiar órgão da administração ou de projetos de ensino e pesquisa.

É possível perceber que a dispensa de licitação ocorre apenas em casos específicos.